

**HABEAS CORPUS Nº 533.361 - PB (2019/0275468-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : JOSE ALVES CARDOSO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ALVES CARDOSO - PB003562  
MATEUS DIAS DE OLIVEIRA DE ALMEIDA - PB025163  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : MARIA OLETRIZ DE LIMA FILGUEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARIA OLETRIZ DE LIMA FILGUEIRA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA – Apelação Criminal n. 0007110-21.2010.815.2002.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada à pena de 21 (vinte e um) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV, e do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o 14, inciso II, todos do Código Penal.

No julgamento da apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa, mantendo incólume a sentença condenatória.

Nesta via, sustenta o impetrante a ilegalidade do acórdão impugnado quanto à determinação da imediata execução provisória da pena pela paciente, antes do trânsito em julgado da condenação, aduzindo que a apenada respondeu solta ao processo, tendo-lhe sido permitido recorrer em liberdade.

Assevera que a sentenciada é primária, com bons antecedentes, pessoa idosa e possui dois filhos menores, não sendo necessária a medida extrema, sob pena de violação ao princípio da presunção de inocência.

Alega ser cabível a suspensão do mandado de prisão até o trânsito em definitivo da sentença ou até o julgamento do recurso especial interposto pela defesa.

Requer a concessão da ordem constitucional para suspender a execução provisória da pena a fim de que a paciente possa aguardar em liberdade até o julgamento definitivo das ADC's 43 e 44 pela Suprema Corte ou até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 150-151).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 154-157).

O Ministério Público Federal, às fls. 161-165 (e-STJ), manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Cumpra atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105 da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a

verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

In casu, colhe-se do acórdão recorrido (e-STJ fl. 57):

*"Considerando o que foi decidido pelo STF, em repercussão geral, nos autos do ARE 964246-RG (Relator: Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 10.11.2016), determinou-se a expedição da documentação necessária para o imediato cumprimento da pena imposta, após o transcurso, in albis, do prazo para oposição de embargos declaratórios, ou, acaso manejados, sejam eles rejeitados, ou, ainda acatados sem efeito modificativo meritório."*

Na presente hipótese, verifica-se que o início do cumprimento da reprimenda imposta à paciente foi determinado pelo Tribunal de origem com fulcro, exclusivamente, no julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 126.292/SP.

Contudo, em 7.11.2019, este entendimento foi superado pelo próprio Excelso Pretório no julgamento definitivo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, em que houve a declaração de constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal e a fixação do entendimento de que a execução da pena privativa de liberdade só poderá ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.

Impõe-se, portanto, o ajuste do acórdão impugnado ao novo posicionamento firmado pela Corte Suprema.

Confira-se, por oportuno, o seguinte julgado:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. (...)*

*De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.*

*Em face do exposto, concedo liminarmente a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, podendo o Magistrado singular, desde que existam elementos concretos para tanto, decretar a prisão preventiva, fundamentadamente"*

*(HC 545.272/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 11/11/2019, DJe 12/11/2019).*

Na mesma esteira, colhem-se as decisões proferidas no REsp n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.843.197/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 546.090/SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, julgado em 18/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 545.829/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; e HC n. 545.648/MG, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*, **concedendo-se**, contudo, a ordem de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, para garantir à paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo prisão por outro motivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator